A emigração do distrito do Porto para o Brasil durante a I República Portuguesa (1910-1926)

Diogo Ferreira • Ricardo Rocha
CEPESE

> É necessário que a tradicional emigração de Portugal para o Brasil se transforme, de ora em diante, de emigração desordenada, de miséria, que em grande parte tem sido, em bem ordenada e bem preparada emigração de riqueza, isto é, é *mester e indispensável mesmo, para honra de Portugal e proveito dos dois países, que o triste êxodo de analfabetos, de desgraçada gente, que vai para o Brasil por não poder viver em Portugal, seja substituído por emigração metódica de gente preparada, sobretudo para prestar os devidos, os melhores serviços ao país, à segunda Pátria, que tão amoravelmente os acolhe.*
>
> (Gaspar de Lemos, *Diário do Senado*, sessão de 25.11.1919)

Introdução

O PRESENTE TRABALHO inscreve-se no âmbito do projeto de investigação *Emigração de Portugal para o Brasil. Dinâmicas Demográficas e Discurso Político*, que o CEPESE tem desenvolvido nos últimos anos, e constitui o resultado de uma investigação realizada sobre a emigração feita a partir do distrito do Porto para o Brasil durante a I República Portuguesa, isto é, entre os anos de 1910 e 1926. Para tal, recolhemos e tratamos os dados que constam dos livros de registos e dos processos de passaportes produzidos pelo Governo Civil do Porto e que se encontram depositados no Arquivo Distrital do Porto. Porém, uma vez que o regime republicano foi implantado em outubro de 1910 e terminou em maio de 1926, optámos por considerar na nossa análise os dados referentes aos passaportes emitidos entre 1 de Janeiro de 1911 e 31 de dezembro de 1926.

Para melhor percebermos o ritmo desta corrente emigratória, dividimos este estudo em três períodos distintos, procurando essencialmente estabelecer uma análise comparativa entre vários indicadores socioeconómicos relativos àquela emigração ocorrida antes, durante e após a Primeira Guerra Mundial até ao final da I República Portuguesa.

A I República Portuguesa

Os últimos anos da Monarquia ficaram marcados por uma significativa instabilidade política e uma gradual insatisfação popular. Aquando da sua implantação, em 5 de outubro de 1910, a República era apontada, primeiramente, como a tábua de salvação para os vários problemas políticos e, consequentemente, socioeconómicos que se registavam em Portugal, ou seja, a reorganização política assumia-se como o alvo prioritário do novo regime e, em simultâneo, a solução para os restantes problemas do país.

Todavia, até ao final da I República existiria um clima de instabilidade política, visível na incapacidade dos partidos políticos, sempre "divididos e indisciplinados", elaborarem projetos e proporcionarem atividades audazes devido ao "ambiente de indisciplina cívica e de conspiração permanente, que fez frequentemente das regras mínimas da vida democrática letra-morta". No pós-guerra, essa instabilidade aumentou substancialmente, mantendo-se os partidos republicanos divididos, "sem dirigentes suficientemente firmes e prestigiados, facilmente permeáveis às pressões dos grupos económicos e incapazes de disciplinar umas forças armadas cada vez mais intervenientes na esfera política".[1] O facto de não conseguirem obter maiorias absolutas nas eleições explicava também a incapacidade dos democráticos em governar tranquila e eficazmente.

A participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial demonstrou precisamente a fragilidade do regime, na medida em que tal decisão não reunia consenso entre os políticos. Enquanto durou a Grande Guerra, a agitação populacional foi uma constante na sociedade portuguesa, tendo o Governo adotado severas medidas para tentar conter a insatisfação generalizada. Contudo, "o Executivo, com a sua política de tentar manter o apoio das classes médias urbanas, entra em guerra aberta com o mundo rural" e com o movimento operário organizado, multiplicando-se as greves e os movimentos de assaltos a lojas e armazéns, o que motivaria igualmente a revolta dos pequenos comerciantes, afetados por tais atividades.[2]

Com o início da Grande Guerra, a questão das subsistências passaria para o primeiro plano das preocupações públicas. Face às dificuldades daí decorrentes, Portugal não conseguira atingir produção suficiente para assegurar a autossuficiência alimentar da sua população – que rondava os seis milhões de portugueses – situação tanto mais repreensível quando é sabido que o país dispunha de mais de quatro milhões de hectares por cultivar. Em suma, Portugal não produzia em número suficiente os elementos básicos à alimentação da sua população e assistia a uma subida generalizada dos preços.[3]

A escassez de géneros de primeira necessidade, a fome no seio das classes inferiores urbanas, o racionamento de alguns produtos e o aumento do custo de vida agravaram as condições da

1 REIS, António (dir.). *Portugal Contemporâneo*, vol. III. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 8-9.

2 TELO, António José. "Sidónio Pais – a chegada do século XX". In: TEIXEIRA, Nuno Severiano; PINTO, António Costa (coord.). *A Primeira República portuguesa: entre o liberalismo e o autoritarismo*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, p. 14.

3 SÁ, Vítor de. "Projectos de reforma agrária na I República". *Análise Social*, Lisboa – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, nºs 77-78-79, vol. XIX, 1983, p. 597-598.

população, tendo baixado significativamente o poder de compra de todas as classes sociais. As despesas públicas tinham aumentado drasticamente devido ao esforço de guerra, com a inflação a surgir como "o resultado dos efeitos combinados da crise de escassez e do aumento da oferta monetária".[4] A esta conjuntura juntou-se o efeito devastador das epidemias, a tal ponto pelo que a estrutura demográfica portuguesa acabaria mesmo por se ressentir mais em virtude das mortes por doença do que pelas baixas na frente de combate.

Na realidade, Portugal sofreu os efeitos negativos da Grande Guerra, tendo por isso os governos republicanos decidido aumentar a sua área de atuação no campo económico. Porém, essa intervenção nada resolveria, traduzindo-se mesmo numa demonstração de incapacidade na gestão das finanças do país, já que à entrada na Guerra se seguiria uma grave crise económico-financeira. Em função das despesas resultantes da beligerância portuguesa e da crise económica aberta com aquele conflito, o Estado português acabou mesmo por comprometer irremediavelmente a sua estabilidade económica e financeira, vendo-se assim "impossibilitado de lançar as bases para o desenvolvimento do país, de financiar projetos de infraestruturas, de conceder créditos".[5]

Os sectores agrícola e industrial não seguiram um caminho de modernização e desenvolvimento, mantendo-se por isso o elevado grau de dependência externa que caracterizava o país. Na parte final da República, muitos sectores industriais reduziram a produção, lançando no desemprego milhares de pessoas. Portugal apresentava também "uma fraquíssima dotação de capital humano, registando elevadas taxas de analfabetismo e baixíssimos níveis de qualificação da mão-de-obra", o que contribuía para a precariedade da agricultura e indústria portuguesas.[6]

Os habituais défices orçamentais, a inflação e a excessiva violência urbana desgastaram as bases sociais de apoio à república parlamentar, tendo ainda o profundo desequilíbrio na distribuição da riqueza contribuído decisivamente para uma progressiva "polarização dos vários sectores da sociedade".[7] A população mostrava-se desiludida face aos sucessivos fracassos do regime. Um sentimento de pessimismo e desconfiança percorria todo o país, evidenciado por uma população maioritariamente rural e pelas classes médias urbanas, concluindo-se que não eram apenas os operários a protestar contra a carestia de vida, na medida em que a crise ulterior à guerra "perturbou os valores e os rendimentos de outros grupos sociais, tanto rurais como urbanos".[8]

4 MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno. *História económica de Portugal: uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p. 182.

5 SAMARA, Maria Alice. "O impacte económico e social da Primeira Guerra em Portugal". In: TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.). *Portugal e a guerra: história das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais do século XX*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 94-95 e 105.

6 GOMES, Rui. "Economia periférica". In: BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999, p. 588.

7 PINTO, Ana Catarina. "A transformação política da República: o bloco radical". In: ROLLO, Maria Fernanda; ROSAS, Fernando (coord.). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2009, p. 442.

8 SERRA, João Bonifácio. "Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente". In: REIS, António (dir.). *Portugal Contemporâneo*, vol. III. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 74.

Mas não foi só pelo agravamento da situação económico-financeira do país que a participação de Portugal na Grande Guerra abriu o caminho ao declínio da República. Na verdade, o excessivo peso dos militares no aparelho de Estado que lhe seguiu tornou-se uma realidade incontornável e com uma dimensão progressivamente maior. Surgiu, assim, o golpe militar de 28 de maio de 1926, através do qual as forças armadas procuraram bater-se pelo equilíbrio institucional e a estabilidade sociopolítica que toda a população desejava.

A emigração como solução, o Brasil como primeira escolha

Tendo em consideração o ambiente político e socioeconómico que se registava no país, não foi de estranhar que muitos portugueses tivessem saído para o estrangeiro. O recurso à emigração, facilitada pelas vias-férreas que rapidamente conduziam aos portos de embarque, foi uma hipótese que milhares de portugueses experimentaram, na esperança de uma nova vida e de um rápido enriquecimento.

A República procurou, desde logo, intervir de forma eficaz no domínio da emigração, responsabilizando a Monarquia pelo elevado fluxo emigratório português. É verdade que o novo regime se preocupou em enquadrar a emigração no leque de temas a cuidar, recebendo um tratamento especial aquela que se fazia clandestinamente. Foram muitos os diplomas legais então adotados, versando sobre diversos aspetos, desde a concessão de licenças aos agentes de emigração e de licenças de embarque ao pessoal militar, ao tipo de passaporte exigido para poder emigrar (favorecendo a adoção do passaporte individual) até à criação de estruturas para assegurar o apoio médico-sanitário nas viagens, determinando-se obrigações das empresas de navegação em matéria de pessoal de assistência a emigrantes a bordo dos navios.

Todas estas medidas, porém, procuravam mais zelar pela qualidade e segurança do processo migratório do que propriamente travar o fluxo de gente, uma vez que, apesar da veemente e generalizada condenação deste verdadeiro êxodo expressa no discurso político e nos fóruns de discussão mais ou menos institucionais, havia a consciência clara por parte daqueles que conduziam os destinos do país de que, face à progressiva depauperação e agravamento das condições de vida que se faziam sentir em Portugal, as remessas enviadas pelos emigrantes eram uma das escassas formas de tentar, de alguma forma, controlar a situação.

Os portugueses continuaram, assim, a sair do país, e como até então, o Brasil colhia a preferência da esmagadora maioria dos emigrantes lusos. Entre outros fatores – desde logo a proximidade cultural e a partilha da mesma língua, numa altura em que a esmagadora maioria dos portugueses era analfabeta, surgindo a adaptação a uma língua estrangeira como um obstáculo praticamente intransponível – os sucessivos anúncios de companhias de navegação que apareciam assiduamente na imprensa escrita contribuíram certamente para a continuidade da corrente emigratória para aquele território. No *Jornal de Notícias* e em *O Comércio do Porto* apresentavam-se, quase diariamente, nas últimas páginas das suas edições anúncios de diversas companhias de navegação, sobretudo estrangeiras, anunciando-se os nomes dos seus vapores e paquetes, as datas das suas partidas, os destinos e os respetivos preçários.

Figura 1. Anúncio de uma companhia de navegação na imprensa

Outro fator relevante para a contínua chegada de portugueses ao Brasil relaciona-se com as designadas redes de solidariedade, que funcionavam como importantes suportes aos processos migratórios. Na maior parte das ocasiões, a trajetória migratória efetuava-se por etapas sucessivas. Como tal, "num primeiro momento é um membro adulto da família que toma a iniciativa de emigrar e, depois de estabelecido no novo país de residência, tentará que os restantes membros (em particular o cônjuge e os descendentes) a ele venham juntar-se".[9] A ligação familiar e de vizinhança contribuía decisivamente para a continuidade do Brasil como destino predileto dos portugueses, sendo indiscutível que quase todos tinham um familiar, um amigo, alguém conhecido que tinha emigrado para aquele território.

Não menos importante neste processo de atração era a ação dos engajadores de emigrantes e das agências de emigração, que vendiam o sonho brasileiro e tratavam de todo o processo burocrático, ajudando a ultrapassar a barreira constituída pelos diversos documentos necessários ao processo de pedido de passaporte. As autodenominadas "agências de emigração e passaportes" tornaram-se uma atividade profícua. Só no ano de 1911 registámos uma dezena deste tipo de estabelecimentos no centro da cidade do Porto, num raio de apenas quinhentos metros.

Ainda assim, o sonho que vendiam não era de todo absurdo. O Brasil apresentava-se, no período em estudo, como um país maioritariamente agrícola, com cerca de 70% da população a dedicar-se a essa atividade. A economia brasileira caracterizava-se, assim, pela preponderância da atividade agroexportadora, com a produção do café a assumir-se como elemento primordial na obtenção de divisas para o país, principalmente para os Estados mais inclinados para tal produção. Constituindo-se como a grande aposta de mercado, a lavoura cafeeira alcançaria uma posição invejável, em função das exportações daquele produto,

9 ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, p. 49.

tendo sido o capital daí proveniente extremamente importante para a expansão da atividade industrial. A exigência produtiva aumentara, efetuando-se avultados investimentos em maquinaria que conduziriam à modernização da indústria. A economia brasileira permanecia centrada na produção do café, mas tinha avançado o processo de modernização e diversificação das atividades económicas.

Desde a instauração da República em finais da década de 1880 que superar a carência de braços na lavoura era a principal finalidade das autoridades políticas brasileiras, a qual foi amplamente sustentada pela crise económica europeia do pós-guerra, que originou a saída de muitas pessoas daquele continente, tão importantes para a expansão do café no Brasil. O objetivo era satisfazer as necessidades dos grandes proprietários rurais. Mas não era somente neste domínio que os imigrantes seriam úteis. Muitos deles investiram em solo brasileiro, contribuindo assim para o crescimento económico do país. Apesar de muitos se dirigirem para o trabalho na lavoura cafeeira, outros abandonavam os campos para se dedicarem ao comércio ou à indústria, como assalariados ou donos dos seus próprios negócios.

Por outro lado, a partir da primeira década do século XX passa a assistir-se a "uma febre de modernização" nas cidades brasileiras, que contagiava todas as pessoas, introduzindo "novos valores sociais e estilos de vida", ou seja, "tudo parecia mover-se na nova cadência do progresso".[10] Constatava-se que "o intenso processo de urbanização era marcado pelas constantes demolições e construções, erigindo obras que definiam novos espaços".[11] A reavivada economia de exportação desempenhou um papel multiplicador do emprego urbano em várias áreas, nomeadamente, no comércio, nos transportes e no setor público. No que respeitava à atividade comercial, por exemplo, muitos setores estavam concentrados quase em exclusivo nas mãos de portugueses, particularmente a pesca e as padarias. Constava-se que "o processo de urbanização e a formação de uma burguesia citadina, cada vez mais numerosa e diversificava, caminhavam par a par".[12]

Na Constituição da República de 1891 constava que o Congresso Nacional devia promover o desenvolvimento da imigração. Contudo, nos anos subsequentes foram surgindo decretos que pretendiam regular a entrada de estrangeiros em território brasileiro. A título de exemplo, a possibilidade de expulsão e deportação atingia consideravelmente os imigrantes, visto estes serem, na prática, aqueles que mais reivindicavam a melhoria das condições de trabalho, o que os levava a ser encarados como perigosos à segurança nacional e tranquilidade pública. Ao longo da década de 1920 assistiu-se, então, a uma gradual transformação da política imigratória. Segundo Lúcia Lippi, com a Primeira Guerra Mundial tinha-se reacendido "a necessidade de pensar o Brasil do ponto de vista brasileiro",

10 FERRÃO, Cristina; SOARES, José Paulo M. (eds.). *Arquivo Nacional, 150 anos: visão histórica.* Rio de Janeiro: Editora Índex, 1988, p. 89.

11 MATOS, Maria Izilda. "Estratégias de sobrevivência. A imigração portuguesa e o mundo do trabalho, São Paulo (1890-1930)". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da; BAGANIIA, Maria Ioannis; MARANHÃO, Maria José; PEREIRA, Miriam Halpern (orgs.). *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX-XX).* Lisboa: Fragmentos, 1993, p. 221.

12 COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos.* 7ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 423.

sustentando a autora que a imigração estrangeira ameaçava a já débil nacionalidade brasileira.[13] Ainda assim, os portugueses continuaram a dirigir-se em considerável número para este país e somente em 1930 se viria a registar uma quebra significativa com a chamada "lei dos dois terços", profundamente nacionalista e da autoria do Governo varguista.

A emigração a partir do distrito do Porto para o Brasil (1911-1926)

Apresentada a contextualização portuguesa e brasileira para o período em estudo, e os fatores de repulsão e atração decorrentes dessa mesma conjuntura, é chegada a altura de apresentarmos os dados que nos permitem perceber a exata dimensão da emigração que se fazia a partir do distrito do Porto para o Brasil durante a vigência da Primeira República em Portugal, e traçar através dos números apresentados o perfil socioeconómico do emigrante português neste período.

A cidade do Porto era então um dos principais centros de embarque para o Brasil, onde "milhares de pessoas partiram do seu cais marítimo, o porto de Leixões, vindas dos arredores da zona portuense e das Beiras, Minho e Trás-os-Montes (Centro-Norte, Norte e Nordeste de Portugal, respetivamente)".[14]

As estatísticas oficiais portuguesas indicam que entre 1 de janeiro de 1911 e 31 de dezembro de 1926 emigraram legalmente 417 505 portugueses para o Brasil. Desse total, de acordo com os dados que recolhemos nos registos e processos de passaporte emitidos pelo Governo Civil do Porto, 71 121 habitavam no distrito do Porto, requisito legal para a requisição do passaporte naquele Governo Civil, independentemente de serem ou não naturais de outros distritos. Deste total, 61 325 eram titulares de passaporte – correspondendo a igual número de processos por nós levantados – e os restantes 9 796 eram acompanhantes.

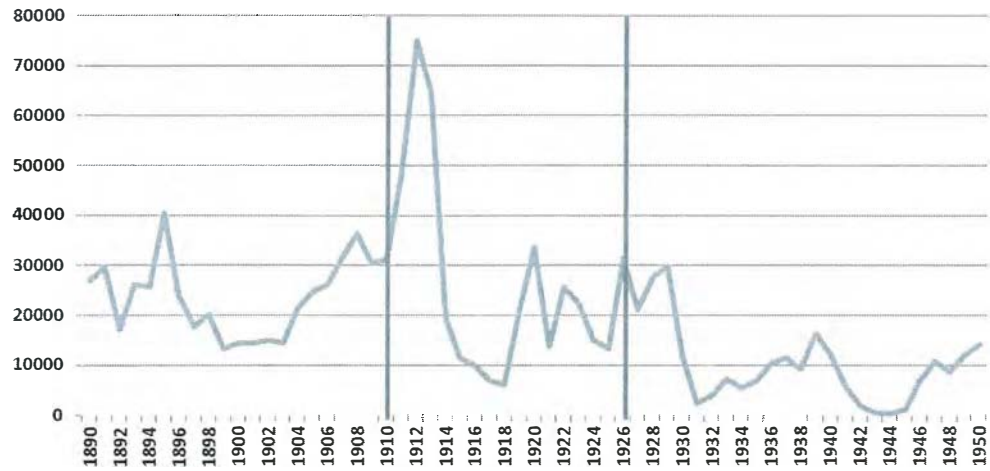
Foram, portanto, os dados relativos a este universo de 71 121 indivíduos que recolhemos e tratámos, transpondo os resultados obtidos para formato gráfico e que passamos agora a analisar.

Começando pelos números absolutos da emigração, o Gráfico nº 1 traça a evolução do total da emigração legal de portugueses para o Brasil, recolhida nos documentos oficiais do Estado português, e através dele se constata que os anos da Primeira República foram bastante inconstantes no que se refere ao volume do contingente migratório. Assim, os primeiros três anos após a implantação da República (1911-1913) correspondem ao maior fluxo alguma vez registado de portugueses rumo ao Brasil, com a sua máxima expressão em 1912, ano em que partiram para aquele destino quase 75 mil indivíduos portadores de passaporte, sem contabilizar as dezenas de milhares de emigrantes ilegais. O início da Grande Guerra provocou uma descida drástica dos números da emigração portuguesa para o Brasil, observando-se a saída legal de apenas 6 107 portugueses em 1918, assistindo-se, a partir desse ano, a uma gradual recuperação durante toda a década de 1920, com números, ainda assim, bem abaixo daqueles registados entre 1911-1913.

13 OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990, p. 126.

14 MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Colecção Portugueses no Mundo (4). Porto: CEPESE/Fronteira do Caos Editores, 2010, p. 232.

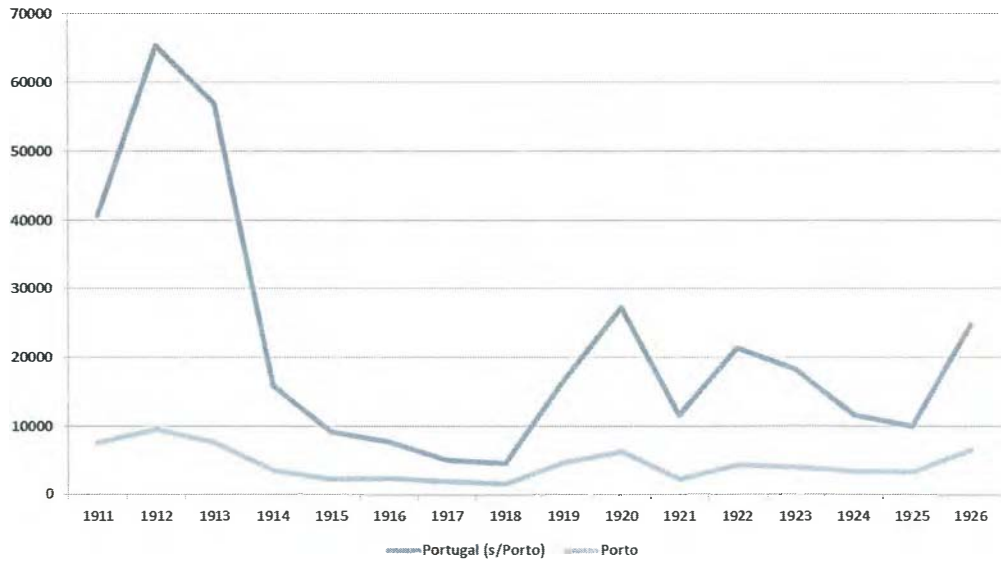
GRÁFICO 1. Evolução da emigração portuguesa para o Brasil (1890-1950)



Como seria expectável, a emigração legal a partir do distrito do Porto, acompanhou, *grosso modo*, a evolução da emigração do resto do país, com o ano de 1912 a registar o maior contigente, num total de 9 505 emigrantes, e 1918 o número mais reduzido de saídas, com apenas 1 606, ou seja, praticamente a sexta parte do valor observado em 1912 (Gráfico nº 2).

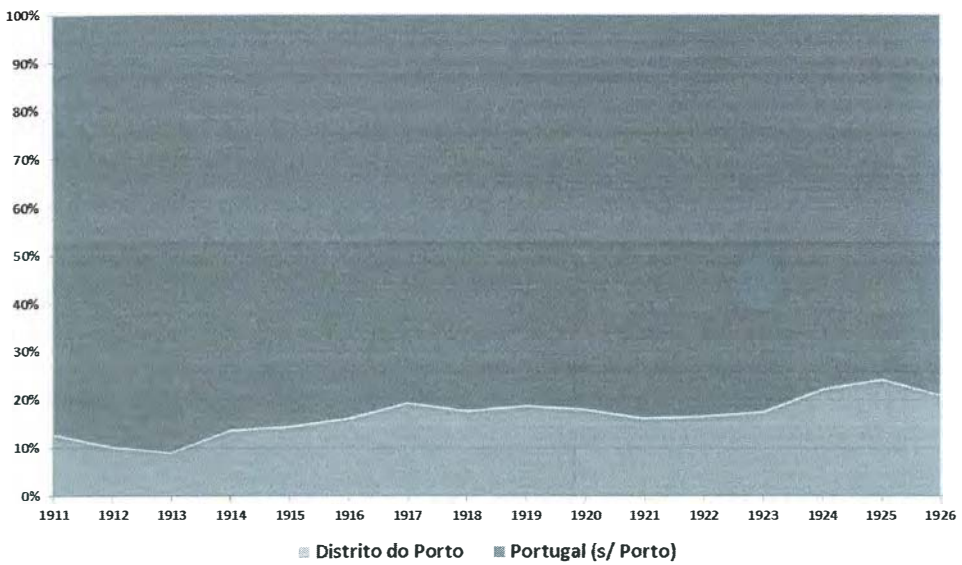
Também neste caso se notam três períodos distintos ao nível da dimensão dos contingentes: entre 1911-1913 partem em média 8 200 emigrantes/ano, seguindo-se um forte decréscimo entre 1914-1918 (2 340 emigrantes/ano) e uma tendência de recuperação entre 1919-1926 (4 350 emigrantes/ano), que só terminaria com a crise de 1929 e as medidas do Governo de Getúlio Vargas a partir de 1930.

GRÁFICO 2. Evolução da emigração de Portugal e do distrito do Porto para o Brasil (1911-1926)



Todavia, em termos relativos, percebe-se que a emigração para o Brasil a partir do distrito do Porto aumentou consideravelmente o seu peso no total da emigração nacional para aquele destino. Se em 1913 esse valor não chega aos 10%, já em 1925 um quarto da emigração portuguesa para o Brasil é feita a partir do distrito do Porto (Gráfico nº 3). Este valor é tanto mais significativo quando sabemos que a população residente no distrito, durante este período, aumentou a um ritmo muito pouco significativo, aí habitando, de acordo com os censos então efetuados, 11,4% da população portuguesa em 1911 e 11,6% dez anos volvidos.

GRÁFICO 3. Emigração para o Brasil a partir do distrito do Porto face ao total nacional (1911-1926)



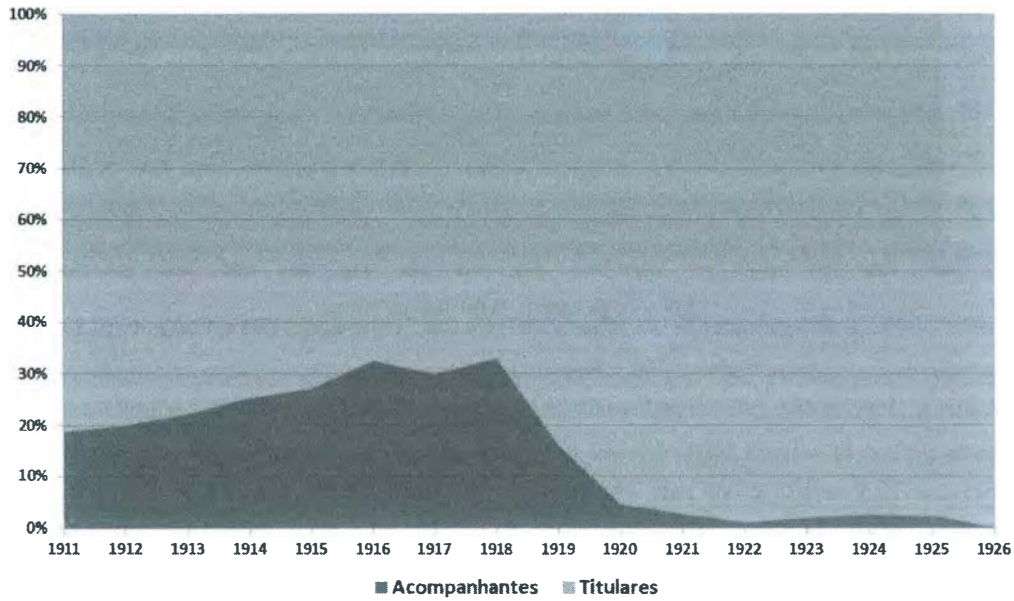
A que se deve, então, este acréscimo do peso relativo do distrito do Porto no total da emigração portuguesa para o Brasil? As respostas são múltiplas, mas a esta evolução não será alheio o incremento da rede de transportes no país, nomeadamente a linha férrea, que tornava a deslocação para o Porto bem mais fácil. A proximidade ao porto de Leixões, principal porta de saída transatlântica, funcionaria certamente como um elemento de atração dos potenciais emigrantes, que, para poderem viajar de forma legal, "inventavam" residências fictícias na cidade do Porto e arredores, muitas vezes nas mesmas ruas onde se localizavam as agências de passaporte, e com a conivência das autoridades locais, que atestavam e certificavam essa mesma residência. Assim se explica que esses indivíduos, morando no Porto durante um espaço de tempo muito reduzido, nunca chegassem a ser contabilizados nos diversos censos.

Outros fatores se juntam a este, como a preferência gradual por outros destinos por parte dos habitantes de outras regiões do país, com destaque, neste particular, para a emigração açoriana, enquanto no Porto essa diversificação não foi tão sensível, como veremos mais adiante. De resto, talvez

as condições de vida na região do Grande Porto se tenham agravado mais ao longo destes anos, ou a vontade de partir das suas gentes fosse mais arreigada, ou as redes de solidariedade já instaladas no Brasil mais fortes. Estas hipóteses, porém, além de fornecerem uma explicação muito parcial, exigem, por si só, um estudo mais profundo, de forma a comprovar a sua cabal validade. Certo é que um aumento tão notório do peso relativo da emigração do distrito do Porto não pode ser fruto do acaso, devendo-se necessariamente, além de aspetos circunstanciais, ao fortalecimento dos fatores de repulsa e de atração de um e outro lado do Atlântico.

Centrando agora a nossa análise na questão da presença dos emigrantes que não eram portadores de passaporte, antes viajando na condição de acompanhantes de um titular desse documento, regista-se uma tendência de aumento do número de emigrantes a viajar nessa condição até 1918, ano em que aproximadamente um em cada três emigrantes viajava na condição de acompanhante (Gráfico nº 4).

GRÁFICO 4. Proporção entre titulares de passaporte e acompanhantes na emigração a partir do distrito do Porto para o Brasil (1911-1926)



Este crescimento explica-se com o maior número de crianças e de esposas a viajar na companhia dos pais e dos maridos, fugindo ao agravamento das condições de vida e ao recrutamento militar. Isto é, o universo daqueles que normalmente associamos à figura do "acompanhante" cresceu exponencialmente em virtude da Grande Guerra, fazendo com que a emigração de caráter essencialmente individual desse lugar a uma emigração de base familiar. As mulheres e os filhos já não ficavam em Portugal à espera que o emigrante regressasse ou os chamasse para o Brasil; pelo contrário,

emigravam simultaneamente, uma vez que o país desconhecido ofereceria, independentemente dos potenciais sacrifícios com que se poderiam deparar, melhores condições de vida a todos.

Este cenário vai mudar radicalmente com a lei de 10 de maio de 1919, "a mais completa lei sobre a emigração publicada em Portugal",[15] a qual, entre outras medidas, passa a obrigar todos emigrantes à titularidade de passaporte, com algumas exceções bem definidas e nas quais não se incluía a emigração para o Brasil.

A partir desse momento, o número de acompanhantes passa a ser residual (2,5% a 3%), constituído quase exclusivamente por filhos menores de idade, a provar que pelo menos esta diretiva foi cumprida pelos serviços competentes.

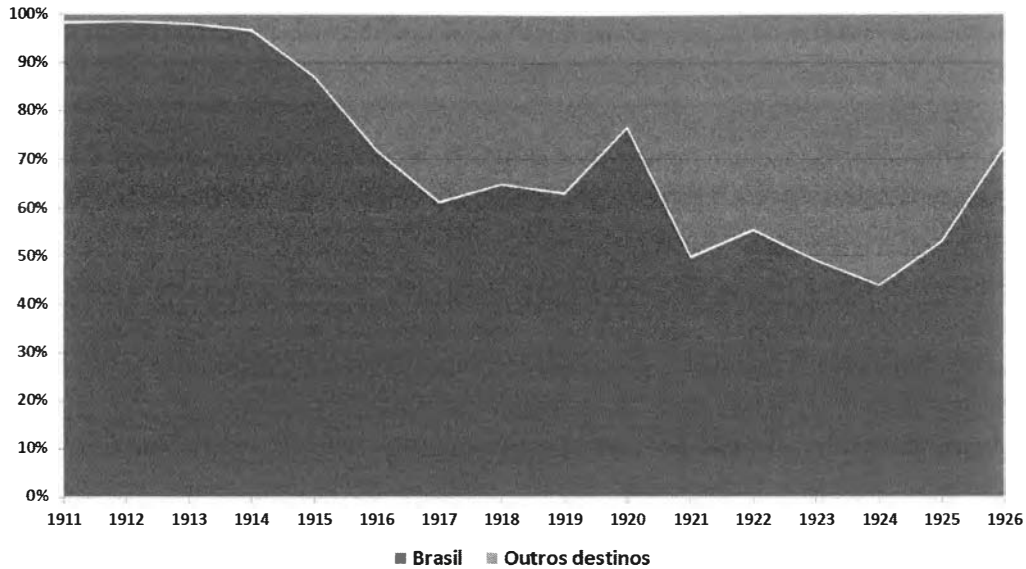
Como referimos atrás, o Brasil continuou a colher a esmagadora maioria das preferências na altura de escolher o destino da emigração. Nos primeiros anos da República, os números da emigração do Porto para o Brasil são idênticos aos observados durante o século XIX, rumando para esse país cerca de 98% da emigração dos residentes no distrito entre 1911-1913 (Gráfico nº 5).

Porém, o eclodir da Primeira Guerra Mundial vai representar uma inversão deste paradigma. As dificuldades causadas pelo conflito no que concerne à realização de travessias transatlânticas, o risco que a viagem significava, o encarecimento das passagens e o empobrecimento das famílias levaram a que aqueles que se decidiam pela emigração optassem por destinos mais acessíveis do ponto de vista geográfico, financeiro e até burocrático, especialmente Espanha e França. Assim, neste período observa-se, pela primeira vez na história da emigração portuguesa, que o peso conjunto dos restantes países de destino ultrapassa pontualmente o Brasil.

Ainda que o findar do conflito e consequente reposição da normalidade das rotas transatlânticas tenha permitido que o Brasil recuperasse parte da prevalência anterior à Guerra, nomeadamente em 1920, a verdade é que a partir de então os números nunca mais atingiram a proporção avassaladora que sempre tiveram desde a independência do Brasil até ao início da Grande Guerra. Embora os últimos anos da República tivessem assistido a uma tendência de recuperação da preferência pelo Brasil como destino de emigração – uma média de 70% do total da emigração feita a partir do distrito do Porto entre 1919 e 1926 –, a crise financeira de 1929 e a subida ao poder de Getúlio Vargas no Brasil alterariam definitivamente o *status quo* nesta matéria.

15 PEREIRA, Miriam Halpern. "A I República e a Política de Emigração". In: SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos Editores, 2011.

GRÁFICO 5. Proporção do destino Brasil face aos restantes países de destino dos emigrantes do distrito do Porto (1911-1926)



Quanto à distribuição por género, a emigração do Porto para o Brasil é, no período em análise, predominantemente masculina, como sempre fora, embora nos anos que correspondem à Grande Guerra a proporção entre géneros se equilibre. Assim, se no início da década de 1910 quase 80% dos emigrantes eram homens, entre 1916-1918 as mulheres passam a representar quase metade desse contingente.

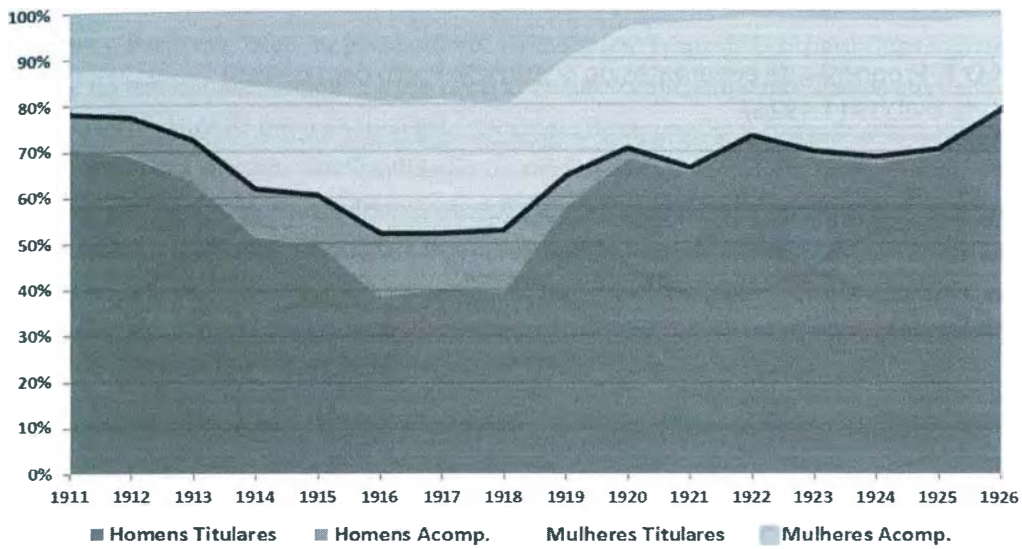
Uma das principais explicações para esta mudança reside na progressiva emancipação da mulher provocada pela Grande Guerra, por força da mobilização de homens para a frente de combate, o que levou a que cada vez mais portuguesas ocupassem uma posição económica e social mais relevante, que a retórica republicana no sentido da igualdade de género, em boa verdade, não promovera.

A este fator junta-se a emigração de caráter familiar a que já aludimos, que fazia com que esposas e filhas partissem na companhia dos seus familiares do sexo masculino, em vez de aguardarem o seu regresso – opção cada vez menos razoável dadas as circunstâncias que Portugal então atravessava –, ou esperaram alguns anos para se lhes juntarem no Brasil. Daí que, como se percebe no Gráfico nº 6, o aumento da proporção de mulheres no contingente emigrante se deva tanto às mulheres titulares, como às acompanhantes. Finalmente, Portugal conhecia, em grande escala, uma emigração "disposta a cortar as amarras com o país de origem e a tentar integrar-se no país de destino".[16]

16 ROWLAND, Robert. "Portugueses no Brasil: projectos e contextos". In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (coord.). *História da Expansão Portuguesa. IV – Do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 367.

O fim do conflito significou o regresso a uma emigração predominantemente masculina, que paulatinamente recuperou os valores das décadas anteriores, tanto que, quando a Primeira República morre, em 1926, a proporção de homens superava já os valores de quinze anos antes. A emigração reassumia um cariz individual, o marido "ia à frente" uma vez mais, partia sozinho, na esperança de regressar rico ou de criar as condições de conforto que permitissem o reagrupamento familiar no Brasil, o que, com frequência, não chegava nunca a acontecer, indo de encontro ao pensamento expresso por Miriam Halpern Pereira, de que, apesar de ter aumentado nos inícios do século XX, a emigração familiar "permaneceu sempre minoritária face ao fenómeno dominante de separação familiar".[17]

GRÁFICO 6. Proporção de emigrantes do distrito do Porto para o Brasil por género (1911-1926)



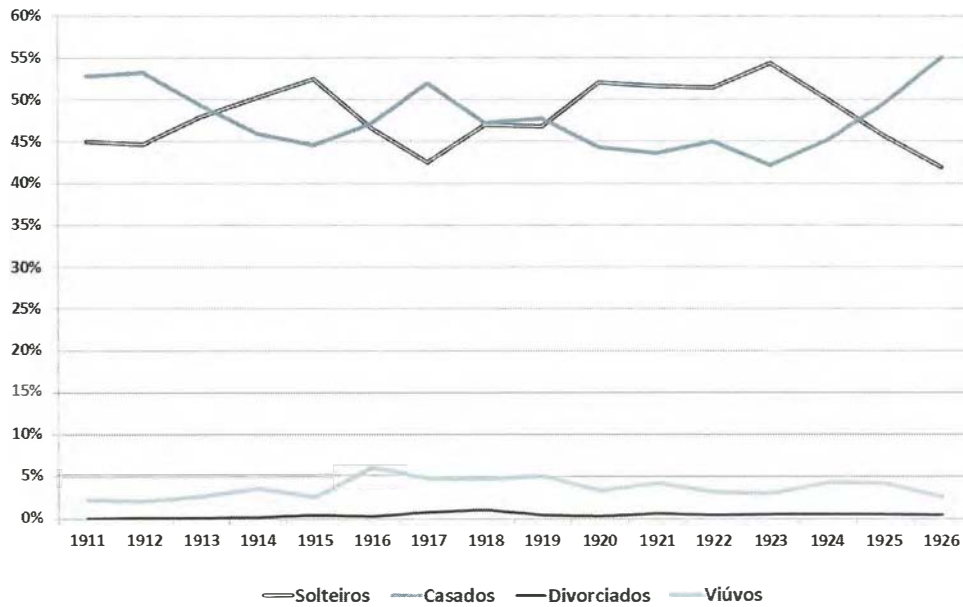
No que se refere ao estado civil dos emigrantes, a principal novidade que se regista durante o período em estudo é o facto de, em múltiplas ocasiões, o número de emigrantes casados ser superior ao número de solteiros, por oposição ao que acontecera nas décadas anteriores, em que prevaleciam os homens solteiros. Tal situação deve-se essencialmente a duas ordens de razão: por um lado, a esperança num mais fácil reagrupamento familiar levou a que muitos homens superassem o "trauma" da separação das respetivas famílias, pelo que o casamento e a paternidade já não assumiam o cariz impeditivo ou obstaculizante de outrora; por outro lado, o aumento da proporção de emigrantes do sexo feminino, nomeadamente de mulheres casadas que viajavam na companhia dos maridos, que referimos atrás, contribuiu também decisivamente para o aumento do número de emigrantes casados.

17 PEREIRA, Miriam Halpern. *Diversidade e assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001, p. 222.

Pode, no entanto, acrescentar-se uma terceira razão, a situação de tal modo desesperada que se vivia em Portugal, que mesmo a noção de que o reencontro com a família poderia não chegar a acontecer era insuficiente para travar a sua partida. Na verdade, "só a constelação de dificuldades que caracterizavam a vivência quotidiana dos que partiam poderá explicar a força física e a determinação moral" destes homens e mulheres, que deixavam a sua Pátria e viam aquela solução como a "única saída possível para uma melhoria de vida ou, mesmo, para a realização de um desejado sucesso".[18]

O número de viúvos, embora sempre com uma expressão reduzida, adquiriu também alguma expressão, por força do aumento da esperança média de vida e, no caso das mulheres, pelo número de baixas provocadas pela Grande Guerra. Quanto aos divorciados, embora não chegando a representar 1% dos emigrantes, a grande novidade é a sua existência, uma vez que na vigência da Monarquia a dissolução do casamento era imensamente dificultada.

GRÁFICO 7. Proporção de emigrantes do distrito do Porto para o Brasil por estado civil (1911-1926)



Da naturalidade dos emigrantes do distrito do Porto, ressaltamos a drástica diminuição de naturais dos concelhos do Porto e de Vila Nova de Gaia, que entre 1911 e 1918 representavam cerca de um quinto do nosso universo, valor que na fase final da República desce para metade. Esse decréscimo foi feito essencialmente à custa do enorme crescimento do número de emigrantes provenientes de Resende – concelho do distrito de Viseu, com uma população relativamente reduzida e, como tal,

18 ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAEIRO, Domingos. *Portugal-Brasil: migrações e migrantes – 1850-1930*. Lisboa: Edições Inapa, 2000, p. 11.

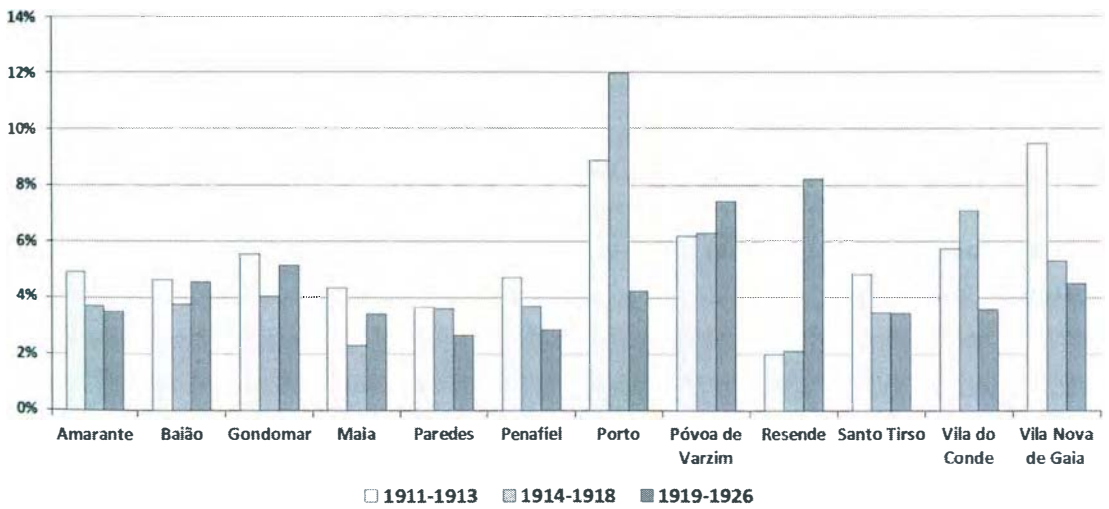
a exigir um estudo autónomo que explique este verdadeiro êxodo das suas gentes rumo ao Brasil – e também da distribuição mais equitativa da emigração de naturais de outros concelhos.

De facto, além dos emigrantes provenientes dos doze concelhos mais representativos, apresentados no Gráfico nº 8, existem titulares de passaporte provindos de mais 150 concelhos portugueses, que em 1911-1914 abarcavam 35% dos titulares, para entre 1919-1926 esse valor subir para os 45%. De resto, para o total do período em estudo, praticamente um em cada três titulares de passaporte havia nascido num concelho fora do distrito do Porto.

Assistiu-se, assim, a um gradual alargamento da base geográfica da emigração dos residentes do distrito do Porto, como resultado de uma maior mobilidade interna das populações. A cidade do Porto tornara-se um polo de atração para aqueles que residiam em zonas desfavorecidas do interior e procuravam no meio citadino uma oportunidade de mudança nas suas vidas, indo ao encontro da ideia de que o Porto era "filho do norte inteiro". Como refere François Guichard, "uns fugiam à mediocridade do minifúndio caseiro" e a um cenário de infortúnio, enquanto "outros queriam escapar aos horizontes restritos de burgos sonolentos, incapazes de responder a ânsias de promoção social".[19]

Em suma, a deslocação das localidades de origem para o litoral era uma primeira etapa na tentativa de fuga à pobreza e a um destino que, afinal, podia ser evitado, tentativa essa que, não raras vezes, acabava por levar esses portugueses, num segundo momento, para fora do seu próprio país.

GRÁFICO 8. Naturalidade dos titulares de passaporte do distrito do Porto com destino ao Brasil (1911-1913 / 1914-1918 / 1919-1926)



19 GUICHARD, François. "O Porto no século XX". In: RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.). *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1994, p. 527.

Reportando-nos à idade dos emigrantes, este será talvez o indicador sociodemográfico em que as alterações entre os diferentes momentos da Primeira República se tornam mais evidentes. Começando a nossa análise com os titulares de passaporte, vemos no Gráfico nº 9 que, nos primeiros três anos da República, cerca de 65% destes indivíduos se situavam na faixa entre os 20 e os 34 anos, destacando-se claramente o grupo de jovens adultos do sexo masculino de 20 a 24 anos (26% do total). Mantinha-se assim, neste domínio, as características da emigração oitocentista, com uma emigração essencialmente jovem e masculina.

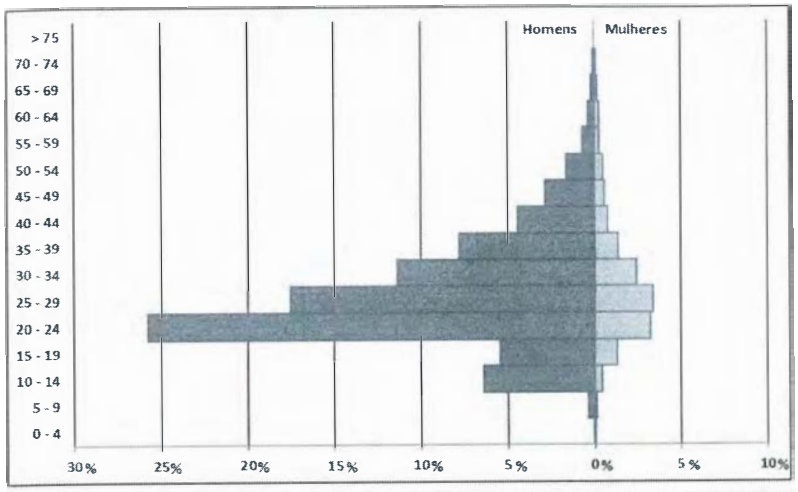
A emergência da Grande Guerra vai provocar grandes alterações na estrutura etária da emigração do Porto para o Brasil, especialmente no que toca à emigração masculina, cujo grupo entre os 20 e os 24 anos passa dos já referidos 26% para pouco mais de 10%. Até aos 39 anos há uma clara diminuição da proporção de titulares de passaporte do sexo masculino e um aumento dos grupos com mais de 44 anos. Ao mesmo tempo, a proporção de crianças titulares de passaporte entre os 10 e os 14 anos duplica, e regista-se um recuo do grupo masculino na faixa dos 15-19 anos.

Depreende-se dos valores apresentados que a mobilização para o serviço militar de jovens recrutas teve um claro efeito nas características da emigração portuguesa, que envelheceu acentuadamente num curto espaço de tempo. A necessidade de mancebos para a frente de combate estava presente quer no discurso quer na ação política, e os governos fizeram o que era possível do ponto de vista legislativo para dificultar a saída desses jovens para fora do país. "Sem possibilidade de escapar legalmente à Guerra, de literalmente pagarem a sua liberdade, só tinham duas saídas: emigrar ilegalmente ou combater".[20] Aqui residirá também, pelo menos parcialmente, a razão do significativo aumento de emigrantes com menos de 14 anos, o temor dos pais pelas vidas dos seus jovens filhos, numa altura em que a Guerra se arrastava sem fim à vista. O medo de uma futura mobilização certamente se acrescentava à longa lista de razões e motivações para a rápida saída de Portugal.

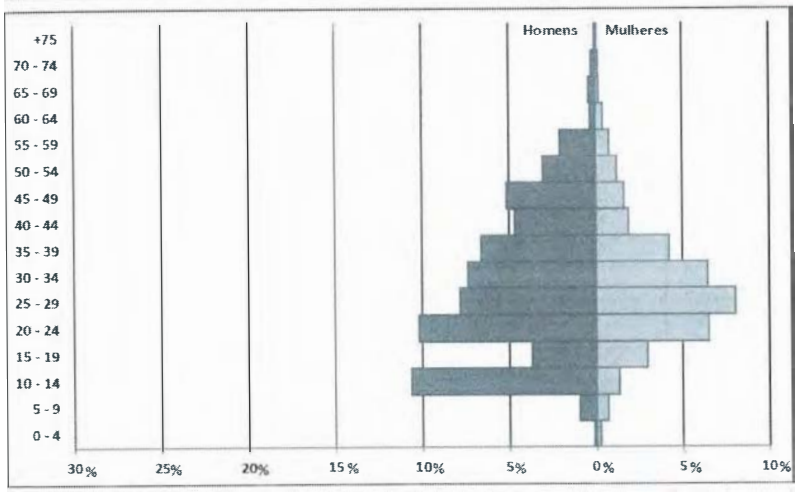
Após o final da Grande Guerra, a "normalidade" da estrutura etária é reposta, com os grupos etários entre os 20 e os 34 anos a recuperarem alguma da preponderância que tinham, embora a idade média do titular do passaporte se tenha mantido bastante abaixo daquela que se registou até 1914.

20 ROCHA, Ricardo. "A emigração do Porto para o Brasil durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)". In: SOUSA, Fernando de *et al*. *Um passaporte para a Terra Prometida… op. cit.*

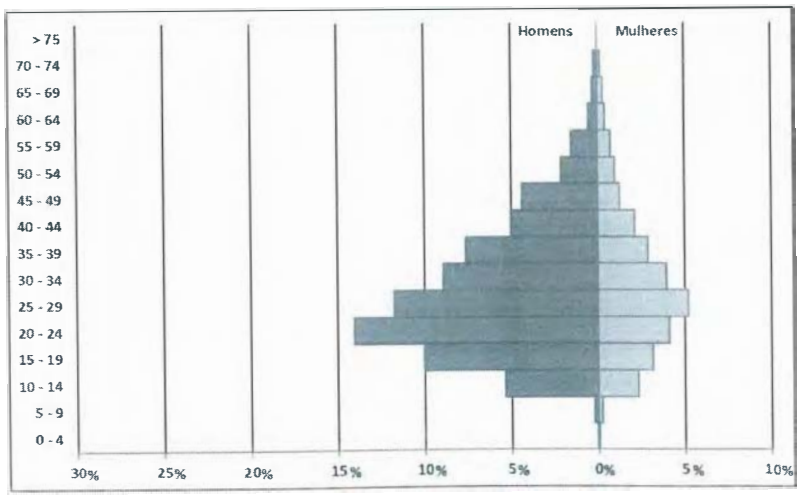
GRÁFICO 9. Distribuição dos titulares de passaporte por grupos etários



1911-1913

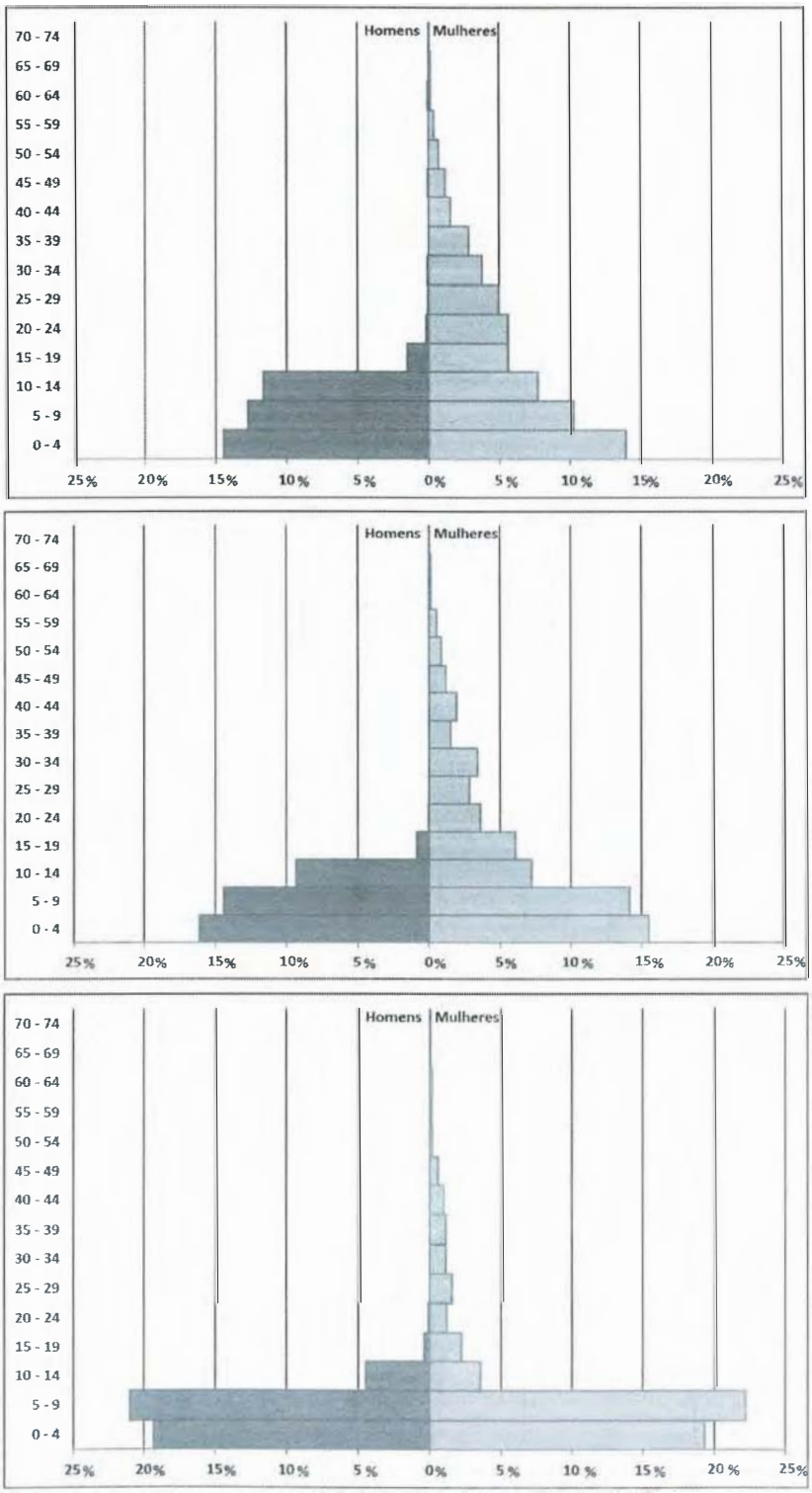


1914-1918



1919-1926

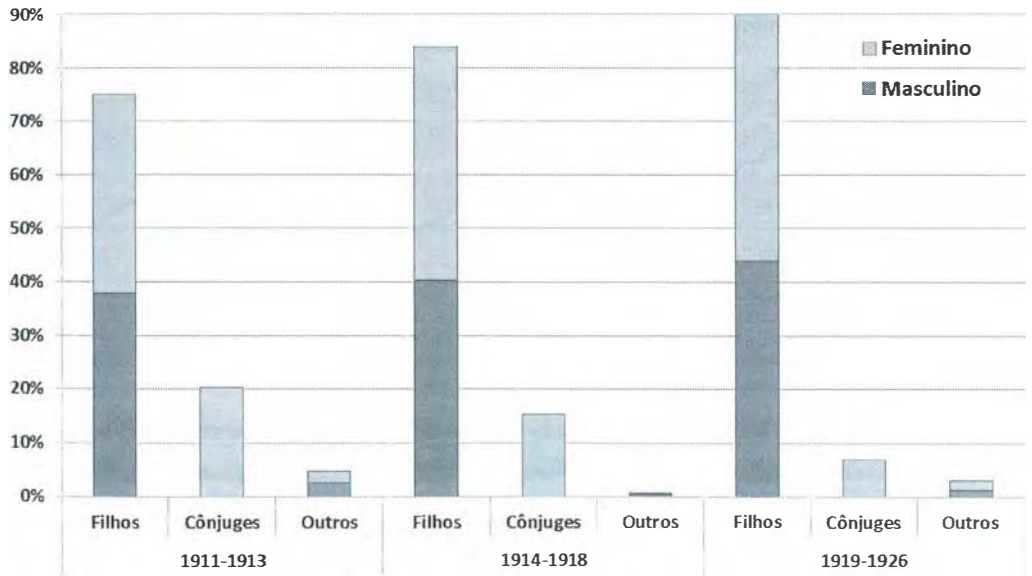
GRÁFICO 10. Distribuição dos acompanhantes por grupos etários



Já na distribuição por grupos etários dos acompanhantes se detetam apenas dois momentos distintos. O eclodir da Grande Guerra não introduziu grandes modificações na pirâmide etária, alargando-a na base, o que significa algum rejuvenescimento demográfico dos acompanhantes, diretamente relacionado com a maior presença de crianças a emigrar na companhia dos seus progenitores. Reflexos mais evidentes vai ter a já referida lei de maio de 1919, uma vez que, ao obrigar à titularidade do passaporte, reserva quase exclusivamente a crianças de tenra idade a possibilidade de viajarem sem tal documento. Assim, a base da pirâmide etária dos acompanhantes alarga-se muito significativamente, sendo que os 10% de acompanhantes com mais de 14 anos que observamos neste período reportam-se ao inevitável período de transição inerente à adoção de um novo corpo legislativo (Gráfico nº 10).

Estas conclusões são corroboradas pela análise da distribuição dos acompanhantes por grau de parentesco (Gráfico nº 11), onde se verifica o gradual aumento do peso relativo dos filhos – mantendo-se sempre o equilíbrio entre géneros – a par da progressiva diminuição da representatividade das mulheres. De facto, de 1920 em diante, o grupo de acompanhantes passa a ser representado exclusivamente por filhos menores de idade, e mesmo assim, como vimos no Gráfico nº 4, em número muito reduzido, acabando por desaparecer essa condição a partir de 1926.

GRÁFICO 11. Distribuição dos acompanhantes por grau de parentesco (1911-1913 / 1914-1918 / 1919-1926)



No que concerne às profissões mais frequentes entre os titulares de passaporte nos três períodos em que subdividimos a Primeira República, podemos afirmar que ao longo dos 15 anos não existiram alterações muito significativas (Quadro nº 1). A mudança mais assinalável é o predomínio

nos primeiros lugares da tabela, durante a Primeira Guerra Mundial, de atividades ligadas ao setor terciário, nomeadamente os proprietários (rurais e urbanos) e os negociantes.

Mais uma vez, como já tivemos oportunidade de assinalar num trabalho anterior, "o contexto da Guerra provocou uma clara mudança da estrutura social e profissional dos emigrantes, pois é sabido que as classes mais abastadas escapavam com muito mais facilidade aos rigores e exigências dos períodos mais críticos", ou seja, estes homens – uma vez que se tratam essencialmente de emigrantes do sexo masculino – podiam "suportar o aumento do custo das passagens, o seu dinheiro ajudava a contornar a lei e a ultrapassar eventuais obstáculos, e o conhecimento que detinham do mundo dos negócios e da prosperidade no Brasil alimentava-lhes a vontade de aplicarem lá o seu capital, de modo a aumentá-lo".[21]

De resto, observa-se o natural predomínio dos setores das atividades mais tradicionais no distrito do Porto, como no país, de que são principais exemplos a agricultura, as pescas, a indústria de mobiliário, a construção civil e o pequeno comércio.

QUADRO 1. Principais profissões dos titulares de passaporte (1911-1913 / 1914-1918 / 1919-1926)

1911-1913	1914-1918	1919-1926
1º Pedreiro	1º Proprietário	1º Lavrador
2º Carpinteiro	2º Negociante	2º Empregado comercial
3º Empregado comercial	3º Empregado comercial	3º Proprietário
4º Pescador	4º Lavrador	4º Negociante
5º Lavrador	5º Carpinteiro	5º Carpinteiro
6º Trolha	6º Pescador	6º Pedreiro
7º Proprietário	7º Pedreiro	7º Agricultor
8º Marceneiro	8º Marítimo	8º Marceneiro
9º Negociante	9º Marceneiro	9º Comerciante
10º Alfaiate	10º Alfaiate	10º Alfaiate

Passamos, finalmente, à análise do Estado brasileiro de destino de entre aqueles que o especificaram no processo e/ou registo de passaporte – uma vez que, dos 71 121 emigrantes analisados, 1 160 apenas indicaram genericamente que pretendiam emigrar para o Brasil, sem designarem a cidade ou sequer o Estado brasileiro para onde se dirigiam.

O Gráfico nº 12 torna percetível de forma imediata a preferência pelo Estado (e cidade) do Rio de Janeiro ao longo de todo o período em estudo. De facto, a tendência foi no sentido de, há medida que avançamos no tempo, mais e mais emigrantes declararem o Rio de Janeiro como o seu local de

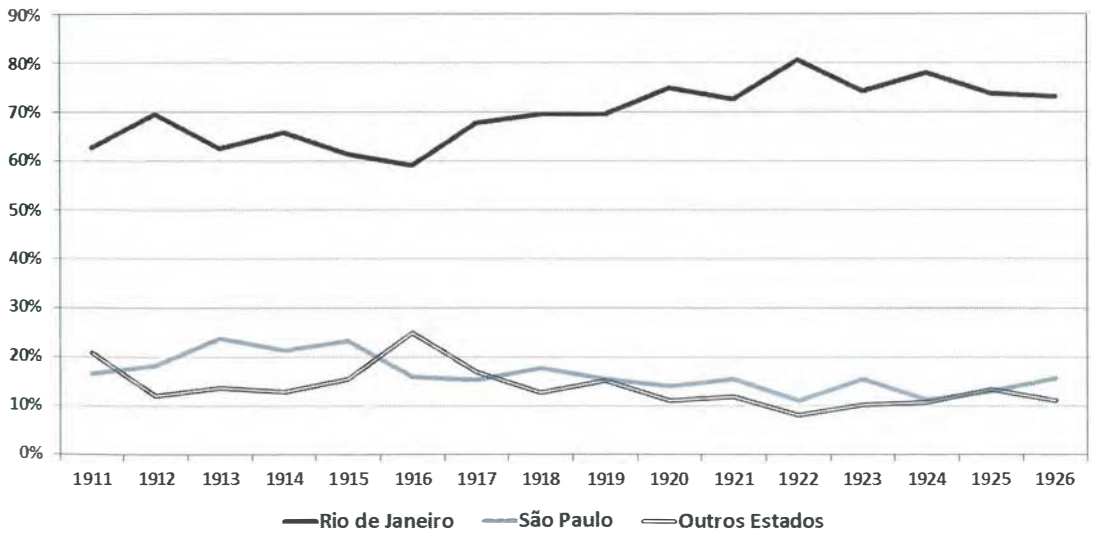
21 *Ibidem.*

destino no Brasil, ao mesmo tempo que o segundo destino mais procurado, São Paulo (incluindo Santos), desceu nas suas preferências.

É certo que, chegados ao território brasileiro, muitos emigrantes se distribuíam pelas mais variadas regiões e estados do Brasil, pelo que a simples indicação no registo de passaporte não é um dado fidedigno quanto ao local escolhido para fixar residência. Porém, também sabemos, pelas cartas de chamada e demais documentação que consta dos processos de passaporte, que a esmagadora maioria dos emigrantes que rumaram do Porto para o Brasil neste período fixaram-se efetivamente no Rio de Janeiro – o que não é de estranhar, visto aquela cidade ser, mais do que a capital política do país, a sua capital económica e financeira, e local de aportamento privilegiado, além de estar dotada de uma vasta rede de recrutamento de mão-de-obra, tornando-se assim a escolha mais óbvia para aqueles que partiam do Porto, com ou sem uma rede de acolhimento e apoio previamente instalada.

É também essa, aliás, a explicação para o segundo Estado mais procurado ser São Paulo, o segundo maior polo industrial do Brasil, e igualmente servido por um importante cais marítimo, o porto de Santos. Segundo o recenseamento de 1920, a presença italiana imperava em quase todos os municípios deste Estado, com exceção de Santos, "cidade portuária e mais urbanizada", que era dominada pelos portugueses, os quais desempenhariam uma ação fundamental nas obras do seu porto e na construção de caminhos-de-ferro.[22]

GRÁFICO 12. Proporção da emigração do distrito do Porto para o Rio de Janeiro, São Paulo e restantes estados brasileiros (1911-1926)



22 BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo; SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Atlas da imigração internacional em São Paulo, 1850-1950*. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p. 52.

Outros destinos a merecerem a nossa referência são os estados do Pará e Amazonas, em grande parte devido ao ciclo da extração e produção de borracha, especialmente até 1912, e que juntos, no conjunto dos anos que viveu a Primeira República portuguesa, recolheram a preferência de pouco mais de 8% dos emigrantes do distrito do Porto, ou seja, um em cada doze emigrantes dirigiu-se para um destes dois Estados. Acima dos mil emigrantes encontramos ainda os Estados de Pernambuco e do Rio Grande do Sul (Quadro nº 2).

QUADRO 2. Distribuição dos emigrantes do distrito do Porto por Estado brasileiro de destino (1911-1926)

Estado	Total	%
Rio de Janeiro	48 786	69,7%
São Paulo	11 683	16,7%
Pará	3 104	4,4%
Amazonas	2 566	3,7%
Pernambuco	1 627	2,3%
Rio Grande do Sul	1 201	1,7%
Baía	652	0,9%
Maranhão	199	0,3%
Paraná	41	0,1%
Minas Gerais	39	0,1%
Espírito Santo	31	<0,1%
Alagoas	19	<0,1%
Santa Catarina	5	<0,1%
Ceará	4	<0,1%
Paraíba	4	<0,1%
Total	69 961	100%

Conclusão

A Primeira República portuguesa, apesar de curta na sua duração, assistiu ao corolário e ao início da queda do Brasil enquanto destino preferencial da emigração que partia do distrito do Porto. Nos seus 16 anos de vida, assistiu aos três anos de maior volume migratório rumo ao Brasil alguma vez registado – e cuja dimensão apenas seria ultrapassada na década de 1960, em direção a França; mas assistiu igualmente à diminuição gradual desse fluxo, em termos absolutos e relativos, à perda da preponderância do Brasil enquanto destino privilegiado da emigração portuguesa e portuense, que pela primeira vez se viu ultrapassada pelo conjunto dos outros destinos. Continuou, até finais da

década de 1920, a ser o principal destino, mas não só o número absoluto de emigrantes era significativamente inferior, como inferior eram aqueles que escolhiam o Brasil.

A conjuntura associada à Grande Guerra dera o mote para a mudança de paradigma: atravessar o Atlântico tornou-se mais caro; o Estado português controlou como pôde o fluxo migratório, facilitando a emigração para África; destinos geograficamente mais próximos (Europa e América do Norte) tornaram-se mais apelativos; a crise financeira mundial de 1929 e as medidas tomadas pelo Governo de Getúlio Vargas deram a estocada final a este movimento de gente vinda do Norte de Portugal.

Fontes

ADP. Arquivo Distrital do Porto, 1911-1926. *Livros de Registo de Passaportes*, livros nos 3394-3465.

ADP. Arquivo Distrital do Porto, 1911-1926. *Processos de Passaportes*, maços nos 1724-2056.

AHP. Arquivo Histórico Parlamentar. *Diário do Senado*, sessão nº 69, de 25 de novembro de 1919.

Bibliografia

BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo; SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Atlas da imigração internacional em São Paulo, 1850-1950*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

FERRÃO, Cristina; SOARES, José Paulo M. (eds.). *Arquivo Nacional, 150 anos: visão histórica*. Rio de Janeiro: Editora Índex, 1988.

FERREIRA, Diogo. "A emigração do norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1918-1931)". In: SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

_____. "A emigração para o Brasil no discurso parlamentar português após a 1ª Guerra Mundial (1918-1926)". In: SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos Editores, 2011.

FERREIRA, Diogo; ROCHA, Ricardo. "A emigração do Norte de Portugal para o Brasil antes e após a I Guerra Mundial (1913 e 1919): variações e permanências". In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.

GOMES, Rui. "Economia periférica". In: BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999.

GUICHARD, François. "O Porto no século XX". In: RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.). *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1994.

MARTINS, Isménia; SOUSA, Fernando (orgs.). *Os portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói: Muiraquitã, 2006.

MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno. *História económica de Portugal: uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

MATOS, Maria Izilda. "Estratégias de sobrevivência. A imigração portuguesa e o mundo do trabalho, São Paulo (1890-1930)". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da; BAGANHA, Maria Ioannis; MARANHÃO, Maria José; PEREIRA, Miriam Halpern (orgs.). *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Fragmentos, 1993.

MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.

MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Colecção Portugueses no Mundo (4). Porto: CEPESE/Fronteira do Caos Editores, 2010.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

PEREIRA, Miriam Halpern. *Diversidade e assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001.

PEREIRA, Miriam Halpern. "A I República e a Política de Emigração". In: SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos Editores, 2011.

PINTO, Ana Catarina. "A transformação política da República: o bloco radical". In: ROLLO, Maria Fernanda; ROSAS, Fernando (coord.). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2009.

REIS, António (dir.). *Portugal Contemporâneo*, vol. III. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

ROCHA, Ricardo. "A emigração do Norte de Portugal para o Brasil em 1912: o ano de todas as partidas". In: SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

_____. "A emigração do Porto para o Brasil durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)". In: SOUSA, Fernando de *et al*. *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos Editores, 2011.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAEIRO, Domingos. *Portugal-Brasil: migrações e migrantes – 1850-1930*. Lisboa: Edições Inapa, 2000.

ROWLAND, Robert. "Portugueses no Brasil: projectos e contextos". In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (coord.). *História da Expansão Portuguesa. IV – Do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

SÁ, Vítor de. "Projectos de reforma agrária na I República". *Análise Social*, Lisboa – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, nos 77-78-79, vol. XIX. 1983.

SAMARA, Maria Alice. "O impacte económico e social da Primeira Guerra em Portugal". In: TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.). *Portugal e a guerra: história das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais do século XX*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

SERRA, João Bonifácio. "Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente". In: REIS, António (dir.). *Portugal Contemporâneo*, vol. III. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Afrontamento, 2007.

TELO, António José. "Sidónio Pais – a chegada do século XX". In: TEIXEIRA, Nuno Severiano; PINTO, António Costa (coord.). *A Primeira República portuguesa: entre o liberalismo e o autoritarismo*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.